

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/20658	27081/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - DAT [SAIDAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 6289/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RC-4284

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE SOBREPOSTA

LOCAL DA OBRA: RUA DO PAVILHÃO.

FREGUESIA DE SOBREPOSTA

ASSUNTO: PARECER PRÉVIO RELATIVO À OBRA DE AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO

INF_DAT_DS_30/06/2025, Diana Sequeira, Arqt.^a

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1. A Autarquia supra identificada vem submeter a análise desta câmara o projeto de ampliação de pavilhão desportivo, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua do Pavilhão, freguesia de Sobreposta.

1.2. Antecedentes_ Alvará de loteamento n.º 72/1995.

2. PROCEDIMENTO

2.1. Nos termos do disposto no Artigo 7.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está isenta de controlo prévio por se enquadrar na alínea a), do ponto 1, do referido decreto-lei.

2.2. A execução da operação urbanística fica sujeita a **parecer prévio** não vinculativo da câmara municipal – n.º 2 do artigo 7.º do RJUE.

2.3. Não obstante, a realização de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial e as normas técnicas de construção, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 7.º do RJUE.

2.4. Por outro lado, a operação urbanística só pode iniciar-se depois de emitidos os respetivos pareceres ou autorizações.

3. SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR

3.1. O projeto encontra-se corretamente instruído cf. informação técnica da DPU n.º 2025-15592, de 27/06/2025.

3.2. Todavia, não foram apresentados os elementos a seguir indicados:

3.2.1. Quadro sinótico.

3.2.2. Certidão da conservatória do registo predial ou certidão permanente, válida.

3.2.3. Planta de implantação desenhadas sobre levantamento topográfico com os limites do prédio.

3.2.4. Memória descritiva com a informação a seguir indicada:

- Identificação tipológica da instalação desportiva, sua denominação e localização;



- Nome do proprietário ou concessionário da exploração da instalação, bem como o diretor ou responsável pela instalação.
- Indicação das atividades previstas e da capacidade máxima de utilização, discriminada para cada instalação ou espaço desportivo que integre.

(os dados aqui mencionados deverão integrar a resposta à utilização a emitir após a conclusão da obra).

4. ANÁLISE DA PROPOSTA NO PDM EM VIGOR

- 4.1. A ampliação proposta surge sobre parte da edificação existente, sobre os balneários existentes, para a constituição de duas salas para a prática de educação física, de acordo com o exposto na memória descritiva. Apesar de não ter sido apresentado o quadro sinótico, com os dados do projeto, nem peças desenhadas nas cores convencionais, julga-se que a medida da área da ampliação é de 311,0m² (cálculo por medição).
- 4.2. A instalação desportiva está abrangida pelo regime estabelecido pelo DL 141/2009, de 16 de junho, com a alteração do DL 110/2012.
- 4.3. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 31.º o regime aplicável às instalações existentes inclui as instalações desportivas de propriedade das autarquias locais.
- 4.4. O terreno delimitado em planta encontra-se classificado, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como
- UI1– Urbanizado – Equipamentos
- 4.5. Nos termos do disposto no artigo 75.º do regulamento do PDM as intervenções nos espaços de equipamentos, devem cumprir cumulativamente as seguintes disposições:
- a) O destino de uso dominante ser o de equipamentos de utilização coletiva;
 - b) Prever o adequado enquadramento arquitetónico, urbanístico, ambiental e paisagístico do conjunto;
 - c) Integrar as áreas de estacionamento dimensionadas adequadamente para o fim específico a que se destinam;
 - d) Serem sujeitas a aprovação em reunião de câmara;
 - e) O índice de impermeabilização máximo admissível é de 60 %, exceto no caso de ampliação.

4.6. Consulta às Unidades Orgânicas e/ou entidades externas

- Divisão de Proteção Civil – Apresentou projeto;
 - Infraestruturas de Portugal (IP) - Caso a área total de construção seja superior a 2000,0m², por se situar em zona de respeito, zona de jurisdição rodoviária, nos termos do estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional. Não foi apresentado o quadro sinótico, pelo que não consta informação sobre a área total de construção, não sendo possível aferir quanto à necessidade de remeter o processo à IP.
- 4.7. **Funcionamento da atividade – Mera Comunicação Prévia:** Para efeito do disposto no artigo 18.º do DL 141/2009, de 16 de junho, com a alteração do DL 110/2012, após a conclusão da obra, deve ser apresentada uma mera comunicação prévia, através do balcão único eletrónico, instruída com os seguintes elementos:

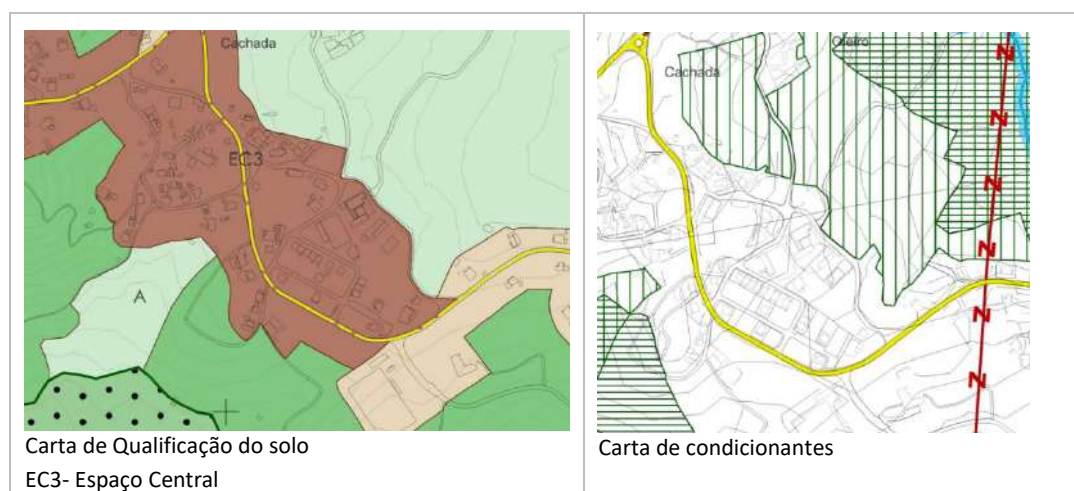


- Identificação da atividade ou atividades a que vai dar início;
- Declaração de responsabilidade de que as instalações cumprem todos os requisitos adequados ao exercício da atividade ou atividades pretendidas.
- Cópia do regulamento de funcionamento das instalações desportivas que deve incluir instruções de segurança e planos de evacuação, nos termos da legislação em vigor.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM SUBMETIDO A DISCUSSÃO PÚBLICA

5.1. Informa-se que no dia 06/01/2025, iniciou-se a discussão pública do PDM.

5.2. De acordo com as novas regras urbanísticas, o prédio do requerente localiza-se em EC3 – Espaço Central como se verifica na carta de ordenamento.



6. PROPOSTA DE DECISÃO

De acordo com o parecer do Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo «Propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado nos termos da informação da DAT, devendo proceder-se conforme proposto, relativamente ao envio a Reunião do Executivo e envio da informação e pareceres à entidade Requerente»

- Tratando-se de intervenção em UI1 -Equipamentos e considerando o disposto na al. d) do ponto 4.5 supra, a pretensão deve ser enviada ao Executivo.
- Remeter a presente informação à requerente.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 6289/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Apoio financeiro

Chefe da Divisão de Avaliação Técnica da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica e de acordo com o parecer do Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo «Propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado nos termos da informação da DAT, devendo proceder-se conforme proposto, relativamente ao envio a Reunião do Executivo e envio da informação e pareceres à entidade Requerente»

- Tratando-se de intervenção em UI1 -Equipamentos e considerando o disposto na al. d) do ponto 4.5 supra, a pretensão deve ser enviada ao Executivo.
- Remeter a presente informação à autarquia requerente.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/20621 de 1 de Julho de 2025.

Em conformidade com as competências subdelegadas pelo Diretor Municipal da Direção Municipal de Gestão do Território a 26 de agosto de 2022.

RESOLUÇÃO

Tratando-se de intervenção em UI1 -Equipamentos e considerando o disposto na al. d) do ponto 4.5 supra, a pretensão deve ser enviada ao Executivo.

Remeter a presente informação à requerente.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 6289/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RC-4284

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE SOBREPOSTA

LOCAL DA OBRA: RUA DO PAVILHÃO.

FREGUESIA DE SOBREPOSTA

ASSUNTO: PARECER PRÉVIO RELATIVO À OBRA DE AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO

INF_DAT_DS_30/06/2025, Diana Sequeira, Arqt.^a

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1. A Autarquia supra identificada vem submeter a análise desta câmara o projeto de ampliação de pavilhão desportivo, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua do Pavilhão, freguesia de Sobreposta.

1.2. Antecedentes_ Alvará de loteamento n.º 72/1995.

2. PROCEDIMENTO

2.1. Nos termos do disposto no Artigo 7.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está isenta de controlo prévio por se enquadrar na alínea a), do ponto 1, do referido decreto-lei.

2.2. A execução da operação urbanística fica sujeita a **parecer prévio** não vinculativo da câmara municipal – n.º 2 do artigo 7.º do RJUE.

2.3. Não obstante, a realização de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial e as normas técnicas de construção, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 7.º do RJUE.

2.4. Por outro lado, a operação urbanística só pode iniciar-se depois de emitidos os respetivos pareceres ou autorizações.

3. SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR

3.1. O projeto encontra-se corretamente instruído cf. informação técnica da DPU n.º 2025-15592, de 27/06/2025.

3.2. Todavia, não foram apresentados os elementos a seguir indicados:

3.2.1. Quadro sinótico.

3.2.2. Certidão da conservatória do registo predial ou certidão permanente, válida.

3.2.3. Planta de implantação desenhadas sobre levantamento topográfico com os limites do prédio.

3.2.4. Memória descritiva com a informação a seguir indicada:

- Identificação tipológica da instalação desportiva, sua denominação e localização;



- Nome do proprietário ou concessionário da exploração da instalação, bem como o diretor ou responsável pela instalação.
- Indicação das atividades previstas e da capacidade máxima de utilização, discriminada para cada instalação ou espaço desportivo que integre.

(os dados aqui mencionados deverão integrar a resposta à utilização a emitir após a conclusão da obra).

4. ANÁLISE DA PROPOSTA NO PDM EM VIGOR

- 4.1. A ampliação proposta surge sobre parte da edificação existente, sobre os balneários existentes, para a constituição de duas salas para a prática de educação física, de acordo com o exposto na memória descritiva. Apesar de não ter sido apresentado o quadro sinótico, com os dados do projeto, nem peças desenhadas nas cores convencionais, julga-se que a medida da área da ampliação é de 311,0m² (cálculo por medição).
- 4.2. A instalação desportiva está abrangida pelo regime estabelecido pelo DL 141/2009, de 16 de junho, com a alteração do DL 110/2012.
- 4.3. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 31.º o regime aplicável às instalações existentes inclui as instalações desportivas de propriedade das autarquias locais.
- 4.4. O terreno delimitado em planta encontra-se classificado, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como
- UI1– Urbanizado – Equipamentos
- 4.5. Nos termos do disposto no artigo 75.º do regulamento do PDM as intervenções nos espaços de equipamentos, devem cumprir cumulativamente as seguintes disposições:
- a) O destino de uso dominante ser o de equipamentos de utilização coletiva;
 - b) Prever o adequado enquadramento arquitetónico, urbanístico, ambiental e paisagístico do conjunto;
 - c) Integrar as áreas de estacionamento dimensionadas adequadamente para o fim específico a que se destinam;
 - d) Serem sujeitas a aprovação em reunião de câmara;
 - e) O índice de impermeabilização máximo admissível é de 60 %, exceto no caso de ampliação.

4.6. Consulta às Unidades Orgânicas e/ou entidades externas

- Divisão de Proteção Civil – Apresentou projeto;
 - Infraestruturas de Portugal (IP) - Caso a área total de construção seja superior a 2000,0m², por se situar em zona de respeito, zona de jurisdição rodoviária, nos termos do estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional. Não foi apresentado o quadro sinótico, pelo que não consta informação sobre a área total de construção, não sendo possível aferir quanto à necessidade de remeter o processo à IP.
- 4.7. **Funcionamento da atividade – Mera Comunicação Prévia:** Para efeito do disposto no artigo 18.º do DL 141/2009, de 16 de junho, com a alteração do DL 110/2012, após a conclusão da obra, deve ser apresentada uma mera comunicação prévia, através do balcão único eletrónico, instruída com os seguintes elementos:

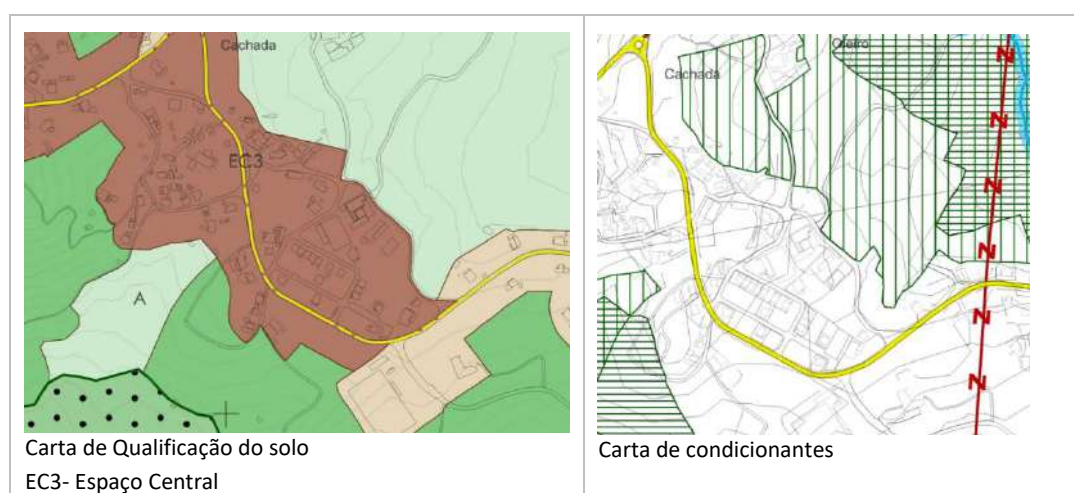


- Identificação da atividade ou atividades a que vai dar início;
- Declaração de responsabilidade de que as instalações cumprem todos os requisitos adequados ao exercício da atividade ou atividades pretendidas.
- Cópia do regulamento de funcionamento das instalações desportivas que deve incluir instruções de segurança e planos de evacuação, nos termos da legislação em vigor.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM SUBMETIDO A DISCUSSÃO PÚBLICA

5.1. Informa-se que no dia 06/01/2025, iniciou-se a discussão pública do PDM.

5.2. De acordo com as novas regras urbanísticas, o prédio do requerente localiza-se em EC3 – Espaço Central como se verifica na carta de ordenamento.



6. PROPOSTA DE DECISÃO

De acordo com o parecer do Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo «Propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado nos termos da informação da DAT, devendo proceder-se conforme proposto, relativamente ao envio a Reunião do Executivo e envio da informação e pareceres à entidade Requerente»

- Tratando-se de intervenção em UI1 -Equipamentos e considerando o disposto na al. d) do ponto 4.5 supra, a pretensão deve ser enviada ao Executivo.
- Remeter a presente informação à requerente.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

